



Geografías desde el Sur

ISSN: 1853-6026

Nro 14 -julio 2026

CENTRO DE INVESTIGACIONES GEOGRAFICAS

Directora

Pintos, Patricia

Secretario

Arturi, Diego

Consejo Directivo

Carut, Claudia

Feliz, Mariano

Langard, Federico

Margueliche, Juan Cruz

Cortizas, Ludmila

Zamponi, Analía

Comité Editorial

Mariano Félix - CIG-IdIHCS (FaHCE-CONICET); Claudia Carut - CIG-IdIHCS (FaHCE-CONICET); Federico Langard - CIG-IdIHCS (FaHCE-CONICET); Juan Cruz Margueliche - CIG-IdIHCS (FaHCE-CONICET); Analía Zamponi - CIG-IdIHCS (FaHCE-CONICET); Ludmila Cortizas - CIG-IdIHCS (FaHCE-CONICET); Néstor Murgier - CIG-IdIHCS (FaHCE-CONICET); Héctor Luis Adriani - Departamento de Geografía, FaHCE-UNLP; Juan Pablo Del Río - Doctorado en Geografía, FaHCE-UNLP; Patricio Narodowski - Maestría en Políticas de Desarrollo, FaHCE-UNLP

Equipo Editorial

Directora

Pohl Schnake, Verónica

Secretaria

Maraggi, Inés

Coordinación Editorial

Margueliche, Juan Cruz

Dossier:

"Milton Santos: la fuerza del lugar"

A financeirização do território e do cotidiano no Brasil:

Plataformização e endividamento da população

Fabio Betioli Contel

Universidade de São Paulo (USP)

Marina Regitz Montenegro

Universidade de São Paulo (USP)

O presente texto procura analisar como se deu o processo financeirização do território brasileiro, com ênfase em suas consequências para o endividamento da população (sobretudo de baixa renda). Para alcançar este objetivo, foi fundamental partirmos de algumas das propostas do geógrafo Milton Santos, para quem as técnicas da informação e as firmas financeiras seriam instâncias determinantes para a organização do espaço, da economia e da sociedade contemporâneas. Procuramos demonstrar, a partir deste quadro teórico de referência, quais são as especificidades do processo de financeirização no Brasil, e como a digitalização dos canais de prestação de serviços bancários (também denominada de “plataformização”) foi determinante na piora das condições de vida financeira da população brasileira.

Financeirização; cotidiano; técnicas da informação; plataformização; endividamento.

1. Introdução

Parece inegável que o capitalismo contemporâneo tem sofrido mudanças importantes, sobretudo em função do aumento do poder das firmas financeiras na organização da economia e da sociedade. É facilmente constatável como os grandes bancos de varejo, as empresas de cartão de crédito, seguradoras, “financeiras” (mas também investidores institucionais, fundos de investimento, etc.), têm ganhado um protagonismo maior na determinação das grandes linhas de força pelas quais os Estados têm de agir, as empresas devem se adequar, e a população em geral precisa se subordinar. A este aumento do poder das firmas financeiras, soma-se a difusão de uma série de inovações técnicas que tornaram sua ação ainda mais eficiente e penetrante, como as redes de transmissão e armazenamento de informações, as novas tecnologias bancárias e os próprios *smartphones*.

Partiram do geógrafo Milton Santos algumas das mais profícuas formas de interpretação desta nova realidade. Para o autor, o próprio período da globalização deve ser entendido a partir da análise conjugada de dois fenômenos: a ascensão dos agentes financeiros e a maior importância das técnicas da informação na estruturação da economia, da sociedade e do próprio espaço geográfico (Santos, 2000). Em outras palavras, haveria hoje uma “tirania” derivada da concentração do poder promovida pelas firmas financeiras e pelas corporações cujo uso intensivo da informação é sua própria razão de ser (conglomerados da mídia, Big Techs, consultorias globais, etc.). Assim, parece ser praticamente impossível entender a produção do espaço na

contemporaneidade sem entender como se difunde o “meio técnico-científico informacional”, e como esta difusão impacta (e aumenta) o poder das firmas financeiras e de gestão global da informação.

Partindo destas considerações mais gerais, lembramos que Jacqueline Beaujeu-Garnier (1997) mostrava que as atividades financeiras respondem a dois tipos principais de hierarquia: 1. uma referente aos “tipos de estabelecimento”, isto é, a distribuição dos equipamentos de prestação de serviços (“*guichets*”, agências, e “sedes dos bancos”, basicamente); e 2. a dimensão das “organizações” que comandam estas redes (instituições financeiras regionais, nacionais ou multinacionais).

Inspirados por estas perspectivas, o presente texto procura mostrar como evoluiu recentemente esta difusão das variáveis financeiras no território brasileiro, dando destaque para as novas formas de prestação de serviços bancários e financeiros, e como elas impactaram (negativamente) o cotidiano da população brasileira. Serão apresentadas algumas formas de abordagem teóricas sobre os fenômenos (sobretudo através da mobilização do conceito de “financeirização”), assim como serão analisados dados empíricos sobre estas novidades que a “financeirização” traz para o cotidiano da vida da população brasileira.

2. A financeirização de baixa intensidade e a digitalização do dinheiro

O termo “financeirização” vem ganhando desde ao menos a metade da década de 2000 grande protagonismo nas interpretações sobre as mudanças do capitalismo contemporâneo. Trata-se de um neologismo, e foi trabalhado no Brasil de forma pioneira por autores como Helena Kohn Cordeiro (1992) e José Carlos Braga (1993; 1997), mostrando que ele pode ser fundamental para as discussões sobre “o espaço e a temporalidade dominantes” da produção da riqueza (Braga, 1993, p. 47). Na literatura anglo-saxã, com os trabalhos de Epstein (2005), Krippner (2005) e Lapavistas (2011), o termo ganha uma densidade teórica mais sólida e sistemática, tornando-o um conceito bastante operacional para o entendimento desta impressionante difusão das variáveis financeiras em todas as economias nacionais, difusão também robusta em países “em desenvolvimento”.

No que diz respeito à formação socioespacial brasileira, Contel (2020) procurou demonstrar que a financeirização não é tão associada à “alta finança” (mercado de capitais, bancos de investimento, securitização, etc.), mas sim ao sistema bancário e aos usos mais “populares” da moeda e dos instrumentos de crédito, que hoje são mais ubíquos e digitalizados. Este tipo de dinâmica que é típica de países periféricos poderia então ser denominado de “financeirização de baixa intensidade”, que é tão pervasiva e determinante como a “financeirização de alta intensidade” dos países centrais (Contel, 2020); em países como o Brasil, trata-se, portanto, de uma “financeirização do cotidiano”, com propuseram também Martin (2002) e Lagoarde Segot (2014).

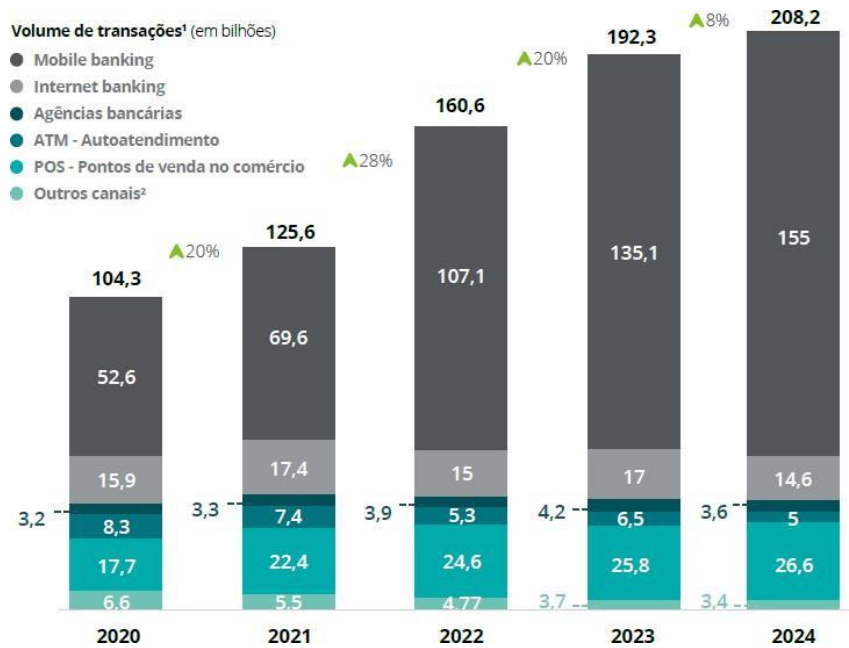
Nesta financeirização, e em sua capacidade de expansão, teve um impulso adicional o processo de digitalização da moeda (ou a passagem para uma “sociedade sem dinheiro” – *cashless Society* –, como mostrou pioneiramente Ron Martin (1999)). No Reino Unido, como indica Scott (2022), agências bancárias

vêm sendo paulatinamente fechadas, assim como caixas eletrônicos vão sendo sistematicamente desinstalados, desde ao menos o começo da década de 2010. Como mostra o autor, de 2012 a 2020 o número de agências bancárias no Reino Unido caiu 28%, enquanto o número de caixas eletrônicos, 24% (entre 2015 e 2020).

No caso brasileiro, a maciça introdução das técnicas da informação no sistema financeiro trouxe consequências expressivas, que podem ser identificadas por alguns indicadores empíricos: cerca de 73% do público consumidor já possui acesso a serviços bancários através do mobile e internet banking, número que “coloca o nosso país na liderança da digitalização bancária no continente, à frente de Chile, Argentina, Colômbia, México e Peru” (Distrito, 2023, 8).

Estas tendências são corroboradas por pesquisas que a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) realiza anualmente, e que mostram como os chamados “canais digitais” vem se tornando predominantes no sistema financeiro nacional, principalmente nos bancos digitais, mas também nos grandes bancos “tradicionais” de varejo (Febraban, 2025). Esta digitalização dos canais, por sua vez, pode ser considerada como uma das causas principais do aumento da bancarização da população, assim como da “plataformização” do acesso ao crédito, como veremos a seguir. O gráfico abaixo mostra como evoluiu recentemente esta mudança nos sistemas técnicos de prestação de serviços bancários.

Gráfico 1 – Brasil: Volume de transações bancárias segundo o canal utilizado (2025)



Fonte: Febraban / CIAB (2025)

Conforme é possível identificar no gráfico acima, chama a atenção em primeiro lugar o crescimento bruto do número de transações que são realizadas no sistema bancário brasileiro: de um total de 104,3 bilhões de transações em 2020, passou-se para nada menos que 208,2 bilhões, um aumento de praticamente 100%, em

apenas cinco anos. Dentro desta evolução, é possível averiguar também que houve um aumento da primazia do *mobile banking* como principal canal de prestação de serviços bancários no território brasileiro: se em 2020 ele movimentava 53,6 bilhões de transações, este montante passa a 155 bilhões, um crescimento de cerca de 189% em apenas 5 anos.

No que diz respeito aos canais de prestação de serviços presenciais (agências bancárias, caixas automáticos e terminais de cartão / POS), percebe-se um movimento com três tendências: 1. certa estabilidade no uso das agências bancárias (de 3,2 bilhões a 3,6 bilhões de transações no período); 2. um decréscimo significativo do uso dos terminais de autoatendimento (ATMs), que passam de 8,3 bilhões para 5 bilhões de transações; e 3.o aumento do uso dos terminais de cartão de crédito ou débito (as chamadas “maquininhas” ou terminais POS), que passam de 17,7 bilhões de transações em 2020 para 26,6 bilhões em 2025. Esta digitalização dos canais de prestação dos serviços financeiros torna a ação destas firmas ainda mais difusa, o que aumenta por sua vez seu consumo, principalmente por parte da população brasileira de baixa renda, que é mais vulnerável à “sedução” dos novos instrumentos de crédito.

3. Cotidiano e pobreza financeirizados

Neste novo contexto, o alcance do processo de financeirização do território brasileiro implica a imposição de novas determinações ao cotidiano da população, ou seja, certos vetores incidem com mais força no próprio espaço banal que, para Santos (1996), deveria ser privilegiado pelos geógrafos. Cabe destacar, nessa perspectiva da financeirização da vida cotidiana, a relevância de certas abordagens socioculturais sobre um cotidiano crescentemente moldado pelas finanças e pelo endividamento (French et al., 2011; Lazzarato, 2011), sobre a individualização e assunção de maiores responsabilidades e riscos financeiros (Langley, 2007), assim como sobre a ascendência de valores financeiros sobre os sujeitos e subjetividades (Lai, 2017).

Os efeitos da creditização inserem-se, assim, no âmbito das análises sobre uma financeirização que passa, progressivamente, a reger o cotidiano, sobretudo nas maiores cidades. No Brasil, como vimos, o alcance da hipercapilaridade social e territorial do crédito (Contel, 2011) nos últimos anos se realizou, em grande medida, pelo maior alcance dos canais de prestação de serviços dos agentes que ofertam crédito e demais produtos financeiros. Antes restrito a bancos privados, hoje o crédito difunde-se por meio de sistemas técnicos e agentes como as chamadas agências financeiras de crédito pessoal, seja enquanto firmas independentes, como empresas ligadas a conglomerados financeiros ou ainda como “braços” financeiros de redes de comércio varejistas e comerciais (Oliveira, 2025). À diversificação recente da topologia desses agentes nas grandes cidades – verificada por sua crescente presença em *shopping-centers*, hipermercados, grandes redes de varejo e lojas próprias em centralidades populares e periféricas (Montenegro e Contel, 2017) – soma-se, atualmente, a possibilidade de associação à rede correspondentes bancários no país, garantindo-lhes uma capilaridade ainda mais efetiva (Oliveira, 2025). Daí o crescimento exponencial de produtos e serviços creditícios no território nacional, como cartões de crédito e de débito, os cartões

chamados *private label* (vinculados a redes de varejo), assim como do crédito consignado e de outras variantes “híbridas” de crédito (Medeiros, 2026). Em 2025, havia 472 milhões de cartões no Brasil, dos quais 253,8 milhões correspondiam a cartões ativos na modalidade de crédito para um total de 213,4 milhões de habitantes (BC, 2026; IBGE, 2025)¹. Não obstante, conforme já mencionado, o avanço da digitalização (Arroyo, 2024), garantida pela própria configuração atual do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1996), potencializa o alcance da creditização em escalas inéditas, haja vista os 272 milhões *smartphones* no país e o avanço de seu uso para serviços financeiros (IBGE, 2025).

A difusão de novos canais e modalidades de oferta do crédito entre população de baixa renda aponta, por um lado, para um processo de “desburocratização do crédito” (Silveira, 2009), tendo em vista a simplificação das exigências para a antecipação de valores, compensadas, porém, pelas altas taxas de juros cobradas, sobretudo no cartão de crédito e no de crédito pessoal. Por outro lado, um crédito fácil e desburocratizado contribui para a ampliação do endividamento e da inadimplência da população brasileira, sobretudo entre a população de baixa renda. No início de 2026, o endividamento atingiu seu maior patamar histórico já registrado no país, com 80,2% das famílias brasileiras endividadas (PEIC, 2026)². A inadimplência também alcançou seu nível recorde: 50,5 % da população adulta, ou seja, 81,7 milhões de brasileiros encontravam-se inadimplentes no início de 2026. Vale destacar que o valor médio da dívida por pessoa, de R\$ 6.598,13, também chegou a seu maior nível desde 2010. Destarte, embora a recente difusão do crédito tenha permitido o crescimento do consumo entre a população de menor renda, o custo do dinheiro tem criado um ciclo perigoso, expresso também pelo aumento do tempo médio de atrasos dos pagamentos nos últimos anos. No Brasil, o cartão de crédito constitui, atualmente, a principal modalidade de endividamento para as famílias endividadas (85,0%), seguido por carnês de loja (16,0%), crédito pessoal (12,3%), financiamento imobiliário (9,8%) e de veículos (8,9%). O cartão de crédito confirma-se, portanto, como o principal vetor de superendividamento da população brasileira, sobretudo diante da normalização do uso do chamado crédito rotativo³ como parte do orçamento doméstico entre as famílias de baixa renda (Montenegro e Contel, 2017). O avanço do parcelamento e atraso de pagamentos de contas de consumos e serviços correntes – como supermercado, telefone, celular e internet, luz e água – revela a condição de escassez de indivíduos que se reafirmam, em sua condição de consumidores, e agora também de devedores, em detrimento de sua condição cidadã, conforme já ponderava Santos (1987).

A “desburocratização do crédito” se confirma, assim, como parte das fábulas (Santos, 2000) do período atual, haja vista o grau de comprometimento da renda familiar com o pagamento do custo de um dinheiro supostamente facilitado. Estabelece-se desta forma uma relação entre credor e devedor que, segundo Lazzarato (2014), justamente não deve ser saldada, pois consubstancia a nova relação de dominação política

¹ Segundo a Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), os brasileiros realizaram, em média, 40 mil transações por cartão de crédito em 2025.

² Esse valor compreende o maior patamar da série histórica da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela CNC (Confederação Nacional do Comércio) desde 2010.

³ O uso do chamado “rotativo” do cartão de crédito compreende o pagamento de apenas uma parte da fatura mensal e o rolamento da dívida restante com acréscimo de juros que podem superar 400% ao ano (Banco Central, 2026).

e exploração econômica na contemporaneidade. A fábula da desburocratização se desfaz, ao mesmo passo, frente ao acesso instantâneo a um amplo rol de informações sobre seus potenciais devedores por credores, como agências financeiras de crédito pessoal e grandes redes de varejo. O caráter estratégico da informação como recurso, vislumbrado por Santos (1996), se potencializa diante da extração e uso de dados numa escala inédita, conferindo, para Silveira (2019), uma nova noção à “economia de escala”.

Nessa direção, autores como Bassens (et al., 2024) apontam para as tangências entre os processos de financeirização e plataformização, dado a maior eficiência desta base técnica – como mencionamos – na intermediação do processo de capitalização e na conexão entre os mercados (Langley e Leyshon, 2016). No Brasil, o avanço da digitalização das esferas do trabalho, do consumo, da circulação e do entretenimento, manifesta-se, entre outros, na injunção do advento dos aplicativos ao cotidiano urbano. Em metrópoles como São Paulo, o processo de plataformização da oferta de serviços banais vem renovando formas de trabalho e consumo e, por conseguinte, complexificando os nexos entre os circuitos da economia urbana. A intermediação monetizada e oligopolizada por grandes corporações tem permitido, com efeito, uma captura sem precedentes da renda e do trabalho do circuito inferior do circuito superior da economia urbana (Silveira, 2009). Novos canais de drenagem financeira da renda da população pobre emergem, portanto, no cerne do próprio processo de plataformização (Montenegro, 2022). A clarividência da proposição de Santos (1975), que propôs compreender as finanças como elo entre os circuitos da economia urbana, assume agora novos conteúdos, correspondentes à atual fase da globalização.

As expressões contemporâneas da financeirização e da plataformização do cotidiano no território brasileiro estendem-se, ainda, à banalização de comportamentos financeiros como apostas, em grande medida, desprovidos de mecanismos regulatórios apropriados. Conforme analisa Carmo (2026), o fenômeno de expansão das *Bets*, plataformas de apostas esportivas *online* controladas por grandes empresas, tem agravado ainda mais o quadro de endividamento e inadimplência no Brasil. A estimativa de um gasto mensal em *Bets* superior a R\$ 30 bilhões desde 2023 (CNC, 2026) explicita a gravidade do fenômeno em curso no país, e reforça o papel causal que as técnicas da informação têm na (des)organização da vida financeira das famílias em seu cotidiano. O impacto sobre o endividamento de uma população já financeiramente vulnerável compromete uma maior proporção de sua renda com apostas, acentuando um ciclo vicioso de recurso a outras forma de crédito e endividamento.

Considerações finais

A hipercapilaridade do crédito e a emergência de uma sociedade cada vez mais regida pela gestão e opressão da dívida revelam como a tirania do dinheiro (Santos, 2000) assume, atualmente, expressões superlativas no cotidiano de grande parte da população brasileira. Cabe questionar, por fim, a própria natureza da pobreza na atual fase da globalização, regida pela hegemonia das finanças e por uma avassaladora influência de sistemas técnicos informacionais na vida cotidiana das populações. Pois, como afirma Santos (1978), a

despeito da universalidade do fenômeno, a pobreza deve ser compreendida em função das necessidades e valores que caracterizam cada lugar e cada época, uma vez que “a única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence” (1978, p.18).

Nessa direção, consideramos que a magnitude do endividamento – inclusive como forma de acesso a necessidades essenciais de sobrevivência – precisa, cada vez mais, ser levada em conta na atual definição de pobreza na formação socioespacial brasileira (Santos, 1977), abarcando, também, o contingente crescente daqueles que hoje se convertem em “pobres por dívidas” (Rubin, 2025). Urge, desta forma, não apenas compreender o grau de comprometimento do futuro penhorado de uma população, mas, sobretudo, delinear outras possibilidades para que, como queria Santos (2000), os materiais do presente estejam a serviço dos homens e não do capital.

Bibliografia

- Arroyo, M. (2024) A digitalização do território paulista: manifestações atuais e tendências que prevalecem. *Confinns* [En ligne], 65. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/130j3>
- Bassens, D., Hendrikse, R., Lai, K. P. Y & van Meeteren, M. (2024) World cities under conditions of digitization and platform capitalism: Updating the advanced producer services complex. *Geoforum*, Volume 152, 104021
- Banco Central do Brasil (BC) (2026). *Quase 70 trilhões de reais em transações de pagamento foram movimentados no segundo semestre de 2025* (Nota). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/21079/nota>
- Beaujeu-Garnier, J (1997). *Géographie Urbaine*. Paris: Armand Colin.
- Braga, J. C. de S. (1993). A financeirização da riqueza: a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. *Economia e Sociedade* no. 1(2). p. 25-57
- Braga, J. C. de S. (1997). Financeirização global: o padrão sistêmico da riqueza do capitalismo. In: Fiori, J. L.; Tavares, M. C. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. São Paulo: Vozes. p. 195-242.
- Confederação Nacional do Comércio (CNC), 2026. *Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor* (Peic). Disponível em: <https://pesquisascnc.com.br/pesquisa-peic/>
- Carmo, L. S. do (2026) *Evolução e modernização recente dos jogos de azar e apostas: difusão das bets e usos do território brasileiro*. Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Contel, F. B. (2011) *Território e finanças: técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- Contel, F. B. (2020) *The Financialization of the Brazilian Territory: From Global Forces to Local Dynamisms*. Cham: Springer.
- Cordeiro, H. K. (1992) A "cidade mundial" de São Paulo e a recente expansão do seu centro metropolitano. *Revista Bras. de Geografia*, V. 54(3), p. 5-26.
- Distrito. Fintech Report. 2023. 51 p.
- Epstein, G. (2005) Introduction: financialization and the world economy. In: Epstein, G. (ed.). *Financialization and the world economy*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar. p. 3-16
- Febraban (2025). *Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária / CIAB*. São Paulo: Febraban. 61 p.
- French, S.; Leyshon, A. & Wainright, T. (2011) Financializing space, spacing financialization. *Progress in human geography*, n. 35, p. 798-819.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2025) *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (Pnad Contínua).

- Krippner, G (2005). The Financialization of the American economy. In *Socio-Economic Review*. Vol 3. p. 173-208.
- Lai, K. P. Y (2017) Unpacking financial subjectivities: Intimacies, governance and socio-economic practices in financialisation. *Environment and Planning D: Society and Space*, 35(5), 913-932.
- Langley, P. (2007) Uncertain subjects of Anglo-American financialization. *Cultural Critique*, n. 65, p. 67–91.
- Langley, P. & Leyshon, A. (2016) Platform capitalism: the intermediation and capitalization of digital economic circulation. *Finance and Society*, pp.1-21. Disponível em: http://financeandsociety.ed.ac.uk/ojs-images/financeandsociety/FS_EarlyView_LangleyLeyshon.pdf
- Lapavistas, C. (2011). Theorizing financialization. In *Work, Employment and Society* 25(4). p. 611–626
- Lazzarato, M. (2011) *The Making of the Indebted Man. An essay on the neoliberal condition*. Amsterdam: Agence litteraire Pierre Astier.
- Legoarde-Segot, T. (2014). *As Finanças solidárias. Um humanismo econômico*. Lisboa: Edições Piaget.
- Martin, R. (2002) *The Financialization of daily life*. Philadelphia: Temple University Press.
- Martin, R. (ed.). *Money and the Space Economy*. Sussex: John Wiley and Sons. 1999.
- Medeiros, D. A. (2026) *Mercados de crédito e circuitos da economia urbana no território brasileiro: desigualdades e financeirização na era da globalização*. Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Montenegro, M. R. & Contel, F. (2017) Financeirização do território e novos nexos entre pobreza e consumo na metrópole de São Paulo. *Revista EURE*, v. 43 (130), pp. 115-139. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/s0250-71612017000300115>.
- Montenegro, M. R. (2022) Empobrecimiento, heterogeneidad e insurgencias: transformaciones en curso en el circuito inferior de la economía urbana en las ciudades brasileñas. *Ikara Revista de Geografía Iberoamericanas*, v. 2, p. 1-14.
- Oliveira, J. (2025) *Redes de Financeiras e creditização do território: da difusão espacial do crédito à ubiquidade da dívida*. Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rubin, P. (2025) A financeirização da privação: os pobres por dívida. In: Anais do XVIII Encontro da Associação Keynesiana Brasileira. Curitiba(PR) SCSA/UFPR, 2025.
- Santos, M. (1975) *L'Espace Partagé. Les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés*. Paris: Éditions M.-TH. Génin Librairies Techniques.
- Santos, M. (1977) Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54.
- Santos, M. (1979) *Pobreza urbana*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (1987) *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel.
- Santos, M. (1996) *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2000) *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record.
- Santos, M. & Silveira, M. L. (2001) *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- Silveira, M. L. (2009) Finanças, Consumo e Circuitos da Economia Urbana na Cidade de São Paulo. *Caderno CRH*, 22, n. 55, 65-76. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/b7w7ZRM8dhjsnf5SBMLmY3j/abstract/?lang=pt>
- Silveira, M. L. (2019) Espacio geográfico y fenómeno técnico: cuestiones de método. *Punto Sur*, (1), 6-20, Disponível em: <https://doi.org/10.34096/ps.n1.6910>